

Saúde retomara obras impugnadas

BRASÍLIA – A Fundação Nacional de Saúde (FNS) informou ontem que vai realizar as obras suspensas no Rio Grande do Norte por causa dos indícios do desvio, em 1997 e 1998, de cerca de R\$ 1 milhão destinados a convênios com prefeituras.

Uma auditoria feita na Coordenação Regional da FNS constatou “despesas pagas por serviços não realizados”, que totalizaram R\$ 284,3 mil, e o desvio de medicamentos dos almoxarifados da FNS, com destino ignorado, no valor de R\$ 73,8 mil. As despesas feitas sem licitação somaram R\$ 69,4 mil, e o “superfaturamento nas aquisições de bens e serviços” atingiu R\$ 246,8 mil.

As demais irregularidades listadas pelos auditores são pagamento de diárias a funcionários que fizeram serviços para particulares (R\$ 17,3 mil), paga-

mentos de pessoal sem amparo legal (R\$ 30,6 mil), contratos assinados por funcionários não-autorizados (R\$ 129,9 mil), pagamentos efetuados com documentos sem validade fiscal (R\$ 6,5 mil), materiais e serviços desnecessários (R\$ 4,6 mil), serviços em duplicidade (R\$ 31,2 mil), serviços de limpeza antieconômicos (R\$ 103 mil) e despesas feitas fora do prazo (R\$ 528,54). As obras serão retomadas após a conclusão do processo de impugnação dos gastos irregulares.

A FNS aguarda o envio das defesas dos funcionários suspeitos de participar do esquema de corrupção, já afastados dos cargos. Entre os envolvidos estão o ex-coordenador regional, Amaurílio José Ferreira Teles, e o ex-chefe do serviço de Administração, José Dantas, responsáveis pela autorização de despesas.